

editorial

Olhando para ano que se encerra não é possível negar foi um período de muita ação. Começou em Porto Alegre, em janeiro, quando já emocionadas tivemos uma primeira visão do que seria a viagem da Carta das Mulheres para a Humanidade no Fórum Social Mundial. No dia 8 de março veio a confirmação de que o feminismo tem o potencial de um movimento de massa: mais de 30 mil mulheres tomaram as ruas de São Paulo durante o ato nacional de lançamento das ações internacionais deste documento no qual é proposto um mundo baseado na igualdade, solidariedade, justiça, liberdade e paz. De lá até 17 de outubro a Marcha movimentou os continentes e suas mulheres, apresentou demandas e denunciou os crimes do machismo e do capitalismo feroz.

A presença das feministas também não passou despercebida em 2005: mostrou força na Coordenação de Movimentos Sociais, nas campanhas contra a Alca e OMC, na luta pelo salário mínimo e pelo direito ao aborto, nas ações de rua contra a violência doméstica e sexista, nas discussões com comunidades quilombolas e indígenas ou nos debates da Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil.

Terminamos o ano sentindo daqui a força da resistência anti-neoliberal que se expressou durante a penúltima semana de dezembro nas ruas de Hong Kong, nas manifestações contra a Organização Mundial do Comércio. Mulheres camponesas, pescadoras, migrantes, trabalhadoras, estão na linha de frente dessa batalha que deve crescer e se intensificar em 2006.

O feminismo da SOF vira o ano no espírito dessas lutas, portadoras de nossa esperança de uma transformação global e do fim das relações de opressão e dominação. Movidas por essa esperança sem fronteiras, é que reafirmamos para 2006 o nosso compromisso em continuar fazendo realidade o lema que em 2005 ajudamos a criar: mulheres em movimento mudam o mundo!

As Semprevivas



Invisibilidade das formas de trabalho feminino em discussão

Contribuição socioeconômica da mulher é tema de estudo

Por Vera Soares

Trabalho e Gênero no Brasil – formas, tempo e contribuições socioeconômicas tem por objetivo fundamental gerar conhecimento sobre formas de trabalho, uso do tempo e a contribuição socioeconômica da mulher na sociedade brasileira e, deste modo, contribuir para a valorização social e econômica dos trabalhos de reprodução social. A invisibilidade destas formas de trabalho é um tema importante, que deve ser abordado através de iniciativas e políticas que advogam igualdade entre homens e mulheres, posto que em sua maior parte são as mulheres que as executam. Isto determina, em grande medida, as oportunidades que as mulheres têm de participar da esfera pública.

Trabalho e Gênero no Brasil é fruto de uma parceria entre o Programa de Apoio a Ações Integradas de Igualdade de Gênero e Raça no Brasil, do Unifem, desenvolvido com o apoio do DFID, e o

Economista Cláudio Dedecca, do Instituto de Economia da UNICAMP. Este programa atua em diferentes esferas, entre elas a geração de conhecimento que possibilite a explicitação dos mecanismos que constroem e recriam as desigualdades, em particular aquelas vinculadas a gênero e raça, e deste modo contribuir para a elaboração de políticas públicas.

O *Programa Igualdade de Gênero e Raça*, do Unifem, desenvolve múltiplas estratégias visando contribuir com a construção de ações que visem à igualdade entre mulheres e homens, brancos e negros. Uma das desigualdades ainda persistentes em nossa sociedade refere-se à divisão do trabalho e do papel da mulher na família, apesar das inúmeras mudanças ocorridas no país.

A distribuição desigual do acesso, uso e controle dos recursos produtivos – trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais, habitação

– explica as limitações que têm as mulheres, e em particular as negras, para gerar renda e obter os benefícios da contribuição social que realizam. Conforme têm apontado várias economistas feministas, a identificação das desigualdades na análise econômica requer levar em conta, além da análise do mercado de trabalho e das instituições econômicas, o custo da reprodução e a manutenção da força de trabalho, que, por sua vez, permanece invisível. São as mulheres que realizam a maior parte das tarefas de reprodução social, pois a elas é designado o espaço da vida privada, enquanto que aos homens é destinado o exercício do poder econômico na esfera pública. A percepção de como se manifesta esta dicotomia entre papéis femininos e masculinos nos dias atuais pode ser captada pela observação e mensuração de como cada um usa o tempo.

Análise de informação

É importante medir-se a quantidade de trabalho doméstico e não-remunerado exercido pelas mulheres? Esse trabalho tem algum peso nas economias nacionais? Podem-se gerar indicadores das desigualdades de gênero com as informações estatísticas existentes? Estas são algumas das questões que este trabalho busca apresentar para quem se interessa pela produção e análise da informação das pesquisas domiciliares e sobre o uso do tempo para a medição do trabalho doméstico e não-assalariado e seus efeitos sobre a economia. E também por quem se interessa em identificar as necessidades de informação para subsidiar o desenvolvimento de políticas e de estudos sobre as condições de enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres.

Trabalho e Gênero no Brasil, apresentado na forma de um CD-ROM, contém quatro ensaios que abordam algumas das formas do trabalho para a reprodução social, como aquele realizado no âmbito dos domicílios, que é o trabalho



Karol Kalef

São as mulheres que realizam a maior parte das tarefas de reprodução social

doméstico não remunerado, enfocando o tempo destinado por mulheres e homens a essas atividades. Em outros dois ensaios, são discutidas outras formas relevantes, como o trabalho para o autoconsumo, realizado sem objetivo econômico direto, e o trabalho sem rendimento, em geral realizado também no âmbito familiar. O quarto estudo propõe uma discussão sobre a forma de mensuração da contribuição da mulher para a reprodução social e econômica da família e da sociedade. Em todos eles, analisa-se como homens e mulheres distribuem suas respectivas jornadas de trabalho, entre atividades voltadas para o mercado e aquelas voltadas para a reprodução social, contribuindo com as análises do uso do tempo.

Uso do tempo

A base de dados para a análise destas formas de trabalho é a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que ampliou a dimensão da População Economicamente Ativa (PEA) e passou a considerar as formas de trabalho sem objetivo econômico, o que levou à coleta de informações que permitem considerar a contribuição social destas formas de trabalho. Outra inovação foi a mensuração quanto ao uso do tempo, pois a PNAD passou a explorar como as pesso-

as pertencentes à PEA alocam seu tempo à atividade de trabalho com ou sem fim econômico, à atividade realizada no âmbito das famílias/domicílios e ao transporte entre a casa e o local de trabalho. Esta iniciativa permitiu explorar a dimensão do trabalho doméstico não remunerado, isto é, tornou possível conhecer, além das formas de uso do tempo destinadas para a produção com fins econômicos, aquela destinada à reprodução do núcleo familiar.

Além dos ensaios, estão apresentados no CD-ROM dados das PNADs, tanto na forma de dados já tabulados como de microdados, para o período de 1991 a 2003. Há também um conjunto de indicações de sítios na Internet que tratam dos temas abordados nos ensaios.

A análise destes dados nos permite contribuir para o reforço na definição de políticas públicas que contemplem a articulação do trabalho remunerado e do trabalho doméstico, bem como compreender possíveis articulações das dimensões de gênero e raça na re-construção cotidiana das desigualdades, e assim ampliar as possibilidades de superá-las.

Nem putas nem princesas: prostituição em pauta

Por Patrizia Lastra

Atualmente está em debate o tema da prostituição cuja regularização é eminente tanto em Euskal Herria (País Basco) como em outras partes do Estado espanhol. Queria apresentar uma análise muito diferenciada do que se fala a favor da regularização e que desemboca em uma postura abolicionista, em certas ocasiões mal entendida ou (interesseiramente) mal proposta.

Surpreende-me que a prostituição seja analisada como um fato social isolado, que nada tem a ver com os casos de violência sexista que não deixam de multiplicar-se, com o modelo de sexualidade imperante que nos vendem os meios de comunicação, com o capitalismo feroz no qual tudo é suscetível de ser comercializado e com a desigualdade, a opressão e a violência que ainda sofremos as mulheres. Ainda não entendo como se pode desprezar todos estes fatores ao analisar uma atividade tão paradigmática da situação das mulheres. É preocupante que se apele à liberdade sexual defendendo uma atividade na qual a mulher exerce sua sexualidade exclusivamente em função do homem, que é quem compra e quem decide.

Liberdade sexual?

Desde seu princípio, o feminismo identificou as relações de poder derivadas da cultura masculina dominante que operam em todas as esferas da vida e também no plano sexual. Custa crer que a prática sexual na prostituição, condicionada por demandas e a posição de poder absoluto do homem, tenham algo a ver com a liberdade sexual da mulher que se prostitui. A análise feminista está distante da vitimização ou da estigmatização, do moralismo e dos juízos de valor sobre as mulheres que decidem exercer a prostituição. Entretanto, não é necessário fazer apologia da prostituição para criticar todas estas convenções e prejuízos morais. E mais, fica claro que ela forma uma parte de um mesmo esquema.

O casamento (um só amo/comprador)



O sistema alimenta e promove a exploração das pessoas

e a prostituição (vários amos/compradores) são duas caras de uma mesma moeda. A puta e a esposa são figuras concebidas para sustentar um sistema baseado na desigualdade entre homens e mulheres. Não existem pessoas indignas, mas neste sistema econômico há situações ou atividades indignas que permitem a exploração das pessoas. Este caso não é tão diferente do de uma trabalhadora ou trabalhador que assina um contrato precário. Não vamos questionar nunca que foram levados a submeter-se a condições de trabalho degradantes, mas a partir de uma postura anticapitalista, devemos questionar este sistema que se alimenta e promove a exploração das pessoas sem nenhum tipo de limite. E também devemos lutar para mudá-lo.

Causa espanto que neste debate se mencione tão poucas vezes os verdadeiros beneficiários da prostituição organizada de mulheres, que inclui desde os cafetões à grande indústria do sexo, que gera enormes benefícios às empresas, dirigidas por homens. Por que quando se fala de prostituição centra-se o debate na “liberdade sexual” e na “livre escolha” e se omite a responsabilidade das entidades e dos homens que são beneficiados com exploração econômica? O fato de que tudo se compra ou vende, de que todas e todos tenhamos que ganhar a vida vendendo mal nossa força de trabalho ou nosso corpo, não justifica assumir isso como

uma realidade imutável contra a qual nada se pode fazer.

Ainda que nos fundamentemos por objetivos políticos concretos, para lutar é imprescindível crer no impossível. A prostituição sempre existiu e sempre existirá, mas algumas de nós não estamos dispostas a aceitar esta realidade que nos impõe o sistema patriarcal. É curioso ver partidos de esquerda defenderem a prostituição junto com outros partidos, assim como os reformistas são “progressistas”, ecologistas ou feministas, segundo as circunstâncias exigem. Em termos pessoais, parece que o politicamente correto é defender a legalização para poder autodefinir-se como pessoa “sexualmente liberada” e de esquerda. Além disso, alguns intelectuais têm acreditado ser necessário empreender uma cruzada para salvar as prostitutas das abolicionistas. Neste tema, onde estão as vozes dissidentes que propagam mudanças radicais para acabar pela raiz com a desigualdade e a violência contra as mulheres?

Os direitos das prostitutas não estão sendo disputados com uma luta legítima encaminhada para criminalizar os compradores de serviços sexuais e todos aqueles que se beneficiam da exploração econômica e sexual das mulheres. Não somos nem putas, nem princesas, mas sim sobreviventes em um sistema cada vez mais desumano.

Publicado originalmente em www.rebellion.org

Difusão do feminismo transformador

Capas: reprodução



No percurso pela construção do feminismo com uma visão transformadora, a SOF tem combinado o trabalho de articulação, mobilização, construção de análises e reflexão teórica com prioridade para formação e difusão do feminismo. Essa questão aparece nos textos do livro *“Feminismo e Luta das Mulheres – Análises e Debates”*, que abordam a questão da violência, do direito ao corpo e exclusão das mulheres na América Latina.

O livro reúne seis artigos que foram publicados em outros veículos. Alguns se encontram esgotados, outros têm circula-

ção restrita. A exceção é apenas o último, sobre a história do 8 de março, que, até agora, esteve disponível apenas no sítio eletrônico da SOF. O texto faz um resgate da luta das mulheres trabalhadoras e chama atenção para várias referências históricas, colocando em xeque a versão mais

conhecida da origem do Dia Internacional da Mulher: operárias queimadas em uma fábrica de Nova Iorque.

Já a publicação *“Mulheres em Luta por uma Vida sem Violência”* tem o objetivo de contribuir no debate sobre a violência sexista, as formas de enfrentá-la e concretizar iniciativas num material que sirva para apoiar as discussões, potencializando para que se multipliquem, a fim de que cada vez mais mulheres façam parte de grupos, discutam e estejam preparadas para combater o machismo e a violência também no seu cotidiano.

o que rola

Via Campesina: não à violência contra as mulheres do campo

As mulheres do campo vivem acuadas pelas múltiplas expressões de violência capitalista e patriarcal, que não só relega as mais rudes condições de vida e diversas situações de exclusão, mas que estão cheias de práticas machistas que se expressam no cotidiano, na casa, na sociedade, nas relações pessoais e políticas, na negação da validade de nossos conhecimentos e econômica.

Na investida de controle territorial e expansão do modelo agro-exportador que veio acompanhada da militarização do campo, as mulheres enfrentam situações de guerra cotidiana: a da sobrevivência no campo e de mantimento deste como entidade social e espaço de vida; a das repercussões diretas e indiretas da violência militar.

Além disso há as violências que são infringidas somente pelo fato de serem mulheres: a violência doméstica e sexual, os crimes passionais, as mutilações genitais, o tráfico sexual, a perseguição e assassinato.

Por estes motivos a Via Campesina Internacional faz um chamado de mobilização mundial para erradicar a violência contra as mulheres do campo como aspecto indispensável para a criação de um mundo justo, pois acreditam que a igualdade entre os gêneros só poderá se concretizar quando as mulheres possam participar integralmente em todos os aspectos da sociedade, expectativa que poderá transformar-se em um contexto livre de violência e repressão.

nº 59 Dezembro de 2005

ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- A LUTA CONTRA A OMC EM HONG KONG
- FEMINISMO NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2006